



2023

Relatório e Contas

IMGA Ações Portugal

Fundo de Investimento Aberto de Ações



ÍNDICE

<i>Relatório de Gestão</i>	2
Nota Introdutória	3
Síntese da Evolução dos Mercados	4
Principais Eventos	7
Desempenho Fundos de Ações	9
Informação relativa à Gestão do Fundo	10
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	12
Eventos Subsequentes	13
Notas Informativas	14
Anexos	17
▪ Demonstrações Financeiras e Notas Anexas	
▪ Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia	
▪ Relatório de Auditoria	

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 20 de julho de 1995 como Fundo de Investimento de Ações Aberto.

Em 23 de outubro de 2000 foi realizada a fusão por incorporação dos Fundos Novo Fundo Capital, Atlântico Ações, Fipor Poupança Investimento, Europa Portugal Ações e Mello Ações Portugal no fundo BCP Ações, que nessa data alterou a sua denominação para AF Ações Portugal.

Em 31 de março de 2005 a sua denominação foi alterada para Millennium Ações Portugal.

Em 16 de novembro de 2015 passou a denominar-se IMGGA Ações Portugal, em linha com a alteração da denominação de todos os Fundos geridos pela IMGGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste Fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste Fundo está disponível para comercialização desde 25 de fevereiro de 2021, tendo sido constituída a 19 de março de 2021.

Síntese da Evolução dos Mercados

No início de 2023 a expectativa praticamente generalizada dos analistas era de uma recessão nas principais economias desenvolvidas, fruto do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde os anos 80 e dos níveis ainda excessivos da inflação. Alguns dos principais indicadores de confiança encontravam-se em quebra e vários indicadores de atividade exibiam uma trajetória descendente. O pessimismo dos investidores era refletido num posicionamento defensivo, visível na exposição limitada aos ativos de risco, em particular ao mercado acionista.

Apesar da permanência da inflação em níveis elevados e de algumas surpresas em alta nos primeiros meses do ano, a perceção dos investidores ajustou-se a uma realidade em que a queda do preço das matérias-primas permitiria o retrocesso da inflação nos meses seguintes, de resiliência do mercado laboral das principais economias desenvolvidas, em que o efeito da reabertura económica no sector dos serviços não se havia ainda esgotado e a um processo de transmissão da política monetária para a economia real mais prolongado do que o esperado. Também

a política orçamental contribuiu para um desempenho económico mais positivo do que o esperado em 2023.

A crise de confiança no sector bancário, em março de 2023, constituiu um dos momentos de maior volatilidade nos mercados financeiros, tendo originado, numa fase inicial, fortes quedas das taxas de juro, alimentadas por expectativas de cortes de taxas diretoras pelos bancos centrais, para contrariar o impacto negativo de uma potencial crise financeira. A resposta proativa dos bancos centrais, em particular da Reserva Federal dos EUA, viria a provar-se determinante para evitar uma espiral negativa, com implicações potencialmente globais, ao anunciar a garantia da totalidade dos depositantes dos bancos sob pressão e um mecanismo de cedência de liquidez ao sector bancário com condições vantajosas.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi irregular no decorrer de 2023, decorrente da evolução das perspetivas de evolução da inflação e de atuação dos bancos centrais. Também o acréscimo das emissões de dívida pública nos EUA



constituiu um importante driver das taxas de juro de mercado ao longo do ano. Depois da forte subida das taxas de juro na Europa e nos EUA entre maio e meados de outubro, que conduziu as taxas de juro a 10 anos para máximos desde 2011 e 2007, respetivamente, seguiu-se uma inversão abrupta e agressiva de tendência, fruto da evolução mais favorável das métricas inflacionistas e da mensagem mais branda dos bancos centrais. A inversão referida permitiu uma queda de 55pb das taxas da Alemanha para 2,02% na taxa a 10 anos, e que a mesma taxa de juro dos EUA tenha encerrado o ano no mesmo nível em que iniciou 2023 (3,9%), o que culminou em valorizações de 7,1% do índice de dívida governamental dos EUA e de 3% do índice de dívida agregada dos EUA.

A incorporação de diferentes perfis de atuação dos bancos centrais e de desempenho económico significou movimentos diferenciados das taxas de juro nas diversas maturidades da dívida, com quedas mais acentuadas nos prazos intermédios (5 a 10 anos) nos EUA e na parte curta da curva no caso da dívida alemã (2 anos), embora em ambos os casos a curva de rendimentos tenha permanecido invertida no decorrer de 2023.

A trajetória descendente das taxas de juro foi transversal aos diferentes emitentes soberanos da Área do Euro, tendo-se inclusivamente assistido a estreitamentos do spread da dívida da periferia europeia face à Alemanha que superaram os alargamentos ocorridos no ano anterior.

A perceção de evolução mais favorável do que a esperada dos fundamentais foi determinante para o perfil de valorização das classes de maior risco. A queda dos custos de financiamento, o perfil controlado de incumprimentos e o desempenho económico mais benéfico do que o esperado permitiram estreitamentos dos spreads de crédito no cômputo anual, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-29pb) quer na dívida de *high yield* (-112pb) europeia, o que, a somar aos ganhos possibilitados pela componente de taxa de juro, significou valorizações de 8,2% e de 12,1%, respetivamente. Apesar das fortes desvalorizações

em março, coincidentes com a falência do Credit Suisse, o índice de dívida subordinada do sector bancário europeu fechou o ano com uma valorização superior a 13%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente em destaque pela positiva em 2023, com estreitamentos de spread de 31pb e de 146pb da dívida empresarial *investment grade* e de *high yield*, respetivamente, que possibilitaram valorizações de 5,8% e de 13,5% no ano.

O universo de dívida de mercados emergentes somou igualmente ganhos em 2023, com a dívida governamental e a dívida empresarial a registarem estreitamentos de spread que contribuíram para valorizações de 8,4% e de 7,85%, respetivamente. O índice de dívida de mercados emergentes em moeda local esteve entre os mais bem-sucedidos, com uma valorização superior a 11% no ano. Por outro lado, nota para o facto de a fragilidade económica da China, em particular do sector imobiliário, ter voltado a contribuir para o acréscimo de volatilidade no segmento de dívida de mercados emergentes.

A rendibilidade da generalidade das praças acionistas em 2023 foi amplamente positiva, fruto do crescimento dos resultados empresariais e da expansão de múltiplos ocorrida. À exceção de momentos isolados de acréscimo de volatilidade, imperou um ambiente de apetite pelo risco dos investidores, favorecido pelas surpresas económicas positivas e pela exposição relativamente diminuta à classe no início do ano.

A expectativa gerada em torno dos benefícios da aposta na inteligência artificial foi um dos principais drivers de performance da classe, em particular no primeiro semestre do ano. Com efeito, os títulos com maior associação a este tema estiveram entre os que registaram os maiores ganhos anuais, o que impulsionou o índice de tecnológicas Nasdaq (+43,4% no ano) e os índices de ações dos EUA em termos agregados (com o S&P500 a valorizar 24,2%). Os sectores de media (24%), construção (30,6%), tecnologia (31,7%) e de

retalho (34,4%) estiveram entre os que mais valorizaram.

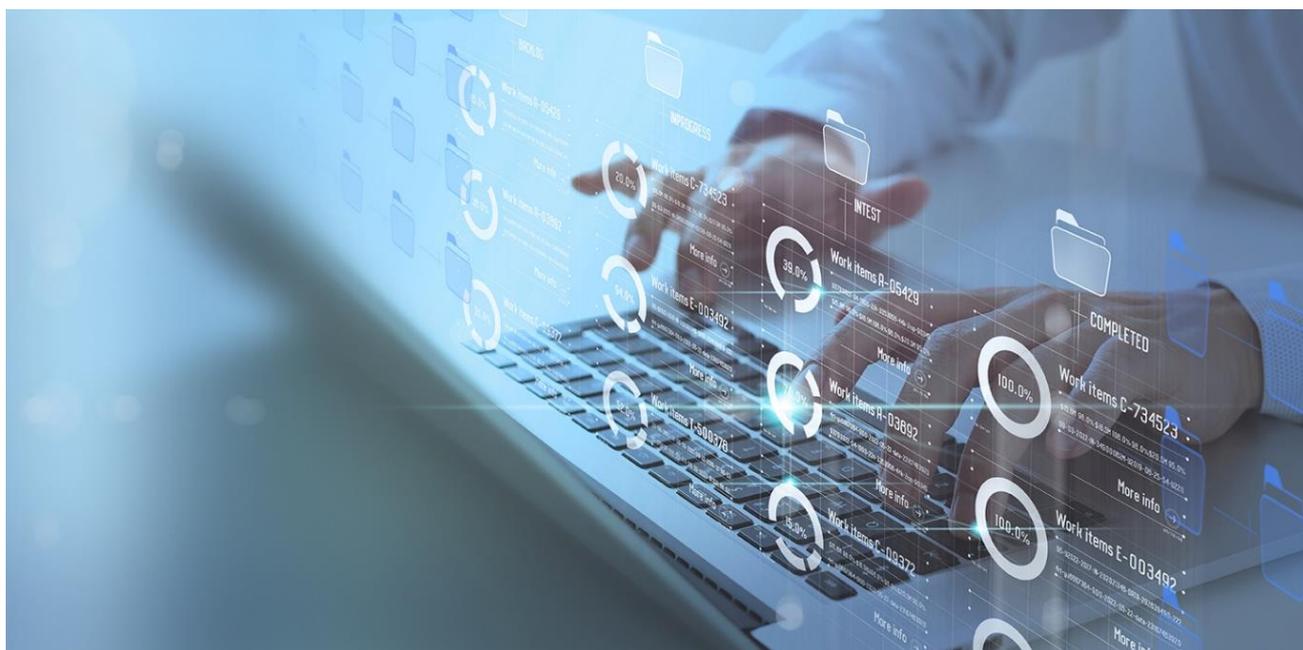
Na Europa, o perfil de rendibilidades foi algo díspar, com valorizações mais modestas dos índices britânico FTSE 100 (+3,8%) e suíço (+3,8%), fruto do respetivo enviesamento sectorial mais *value*, e ganhos mais acentuados dos índices alemão (+20,3%), espanhol (+22,8%) e italiano (+28,0%), reflexo da natureza mais cíclica e da reversão dos efeitos da crise energética na região.

Nas restantes regiões, o principal destaque pela positiva foi a valorização das praças acionistas japonesas, com uma valorização superior a 28% do Nikkei, o qual beneficiou amplamente da forte desvalorização do iene. Em oposição, e apesar do processo mais célere do que o esperado de reabertura económica da China, o respetivo índice acionista voltou a estar pressionado, com uma correção de 12,5% do índice de cariz mais doméstico, o China A Shares. Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 22% em 2023.

A incorporação de expectativas de cortes algo pronunciados de taxas diretoras dos EUA, da Área do Euro e do Reino Unido nos últimos dois meses do ano alterou significativamente o perfil de

valorização das respetivas divisas no cômputo anual. A forte queda das taxas de juro dos EUA originou uma desvalorização de 5% do dólar desde os máximos de setembro até ao final de 2023, o que contribuiu decisivamente para a perda anual de 2,1% do cabaz de divisas que engloba os principais parceiros comerciais dos EUA. Por outro lado, depois de dois anos consecutivos de desvalorização, o euro ganhou terreno contra o dólar dos EUA (+3,1%), tendo em termos agregados valorizado 3,4% contra os principais parceiros comerciais da região. Em oposição, a política monetária ultra-acomodatória do Banco Central do Japão, profundamente contrastante com as restantes economias desenvolvidas, esteve na origem do terceiro ano consecutivo de depreciação da divisa contra o dólar dos EUA, tendo atingido no período a cotação mais baixa desde 1990.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi negativo em 2023 (-12,6%), não obstante a trajetória descendente do dólar. Os metais industriais e os bens energéticos estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos metais preciosos e de vários bens do segmento alimentar.



Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DE NOVOS FUNDOS E CATEGORIAS DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO:

Categoria R - IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva

A 4 de janeiro de 2023 foi constituída a Categoria R para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva.

Categoria I - IMGA Liquidez

A 28 de fevereiro de 2023 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Liquidez.

Fundo IMGA PME Flex

A 2 de janeiro de 2023 o fundo IMGA PME Flex iniciou a sua atividade, com a constituição da categoria I.

Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I

O Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I, fundo aberto de duração limitada, começou a sua comercialização a 2 de janeiro de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de fevereiro, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Financial Bonds 3,5 Y

O fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y começou a sua comercialização a 20 de março de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de junho, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série

A 3 de julho foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 1 de setembro.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Série

A 16 de outubro foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Série, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 4 de dezembro.

PRÉMIOS ATRIBUÍDOS AOS FUNDOS IMGA

Em março de 2023, seis fundos da IMGA - Ações Portugal, Alocação Conservadora, Alocação Moderada, Poupança PPR, Rendimento Mais e Rendimento Semestral - foram galardoados pelo Rating FundsPeople 2023, com a classificação B de Blockbuster.

O IMGA Rendimento Mais e o IMGA Rendimento Semestral receberam esta distinção pelo quarto ano consecutivo. A classificação B de Blockbuster é atribuída aos fundos que no final do ano anterior contavam com um volume significativo de ativos em Portugal.

Na edição de 2023 dos “Prémios Melhores Fundos Jornal de Negócios/APFIPP”, que decorreu no mês de maio, o IMGA Ações América foi distinguido como melhor fundo na categoria “OIC de Ações Americanas”.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS

CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 17 de fevereiro de 2023 foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A 9 de março foram alterados os Prospetos dos Fundos de investimento mobiliário, com a inclusão de um anexo com informações relacionadas com a sustentabilidade e no âmbito da transparência dos investimentos sustentáveis na divulgação de

informações pré-contratuais, tal como previsto no Regulamento Delegado (EU) 2023/363.

A 15 de maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2022.

A 13 de julho foram alterados os Prospetos dos diversos fundos geridos pela sociedade, com uma maior desagregação dos componentes da TEC.

A 28 de agosto, decorrente da entrada em vigor do novo Regime da Gestão de Ativos, foram alterados os documentos constitutivos dos Fundos de Capital de Risco, com a alteração da denominação dos mesmos.

A 24 de novembro foram publicadas as novas versões dos documentos constitutivos dos fundos, no âmbito do processo de adaptação ao novo Regime da Gestão de Ativos (RGA).

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 28 de abril e 31 de agosto de 2023 foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas anuais e semestrais, respetivamente, dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

No âmbito da comercialização transfronteiriça, e na sequência do registo que já havia sido feito em 2022 para um conjunto de fundos, foi adicionalmente efetuado em 2023 o registo do fundo IMGA Ações Portugal para comercialização em Espanha.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

No primeiro trimestre de 2023 foram publicadas atualizações no website da Sociedade Gestora relativas à Política de Sustentabilidade adotada e ao documento “Informações Relacionadas com Sustentabilidade”, com a inclusão de um ponto sobre diligência devida e uma síntese da política de envolvimento.

A 30 de junho foi igualmente publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2022.

ALTERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Em outubro de 2023, na sequência da autorização da CMVM, iniciou funções como membro do Conselho Fiscal da Sociedade, o Dr. António dos Santos Lindeza.

ONE KAPITAL – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 21 de dezembro iniciou atividade o Fundo de Capital de Risco One Kapital.

FUTURUM TECH – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 29 de dezembro foi registado junto da CMVM o Fundo de Capital de Risco Futurum Tech.

LIQUIDAÇÃO DE FUNDO DE CAPITAL RISCO

A 29 de dezembro de 2023 foi liquidado o fundo Almond Tree Private Equity Fund – Fundo de Capital de Risco Fechado.

Desempenho Fundos de Ações

Os mercados acionistas registaram um ano positivo em 2023, com os principais índices bolsistas mundiais a recuperarem das perdas registadas no ano anterior.

Em Portugal, os fundos de ações registaram uma rentabilidade média de 14,8%, com os fundos com perfil de investimento orientado para ações na América do Norte a apresentarem a melhor performance (20,2%), enquanto os fundos de ações de Mercados Emergentes, Ásia e África, com rentabilidades médias de 3,5%, foram os menores contribuidores para a performance.

Os ativos sob gestão desta categoria aumentaram 10,8% face a 2022, fechando o ano com €3.359M, no entanto, as vendas líquidas em 2023 foram negativas em €153M.

Os fundos de ações da IMGA destacaram-se no panorama nacional, apresentando vendas líquidas positivas de €59M e uma rentabilidade média de 18,8%.

A valorização do mercado de ações contribuiu em €46M para os ativos sob gestão desta categoria, que totalizaram €348M no final do ano, representando um crescimento de 42% relativamente a 2022.

O fundo IMGA Ações Portugal continuou a ser alvo da preferência dos investidores, registando vendas líquidas de €37,6M e uma rentabilidade anual de 15%.

Destaque ainda para os fundos IMGA Ações América e IMGA Global Equities, que apresentaram rentabilidades superiores à média do mercado em Portugal nos prazos de um, três e cinco anos, com o primeiro a ser galardoado em 2023 pela APFIPP com o prémio de “Melhor Fundo de Ações Americanas”.

FUNDOS DE AÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A	15,01%	13,57%	5	13,45%	14,72%	5	7,62%	19,82%	6
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R	15,02%	13,57%	5	13.45% (*)	14,71%	5	7.62% (*)	19,82%	6
IMGA IBERIA EQUITIES ESG CAT A	24,07%	15,27%	6	9,89%	15,51%	6	5,31%	20,14%	6
IMGA IBERIA EQUITIES ESG CAT I	25,56%	15,26%	6	11.2% (*)	15,50%	6	6.56% (*)	20,14%	6
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT A	14,02%	12,67%	5	7,83%	14,29%	5	6,81%	18,09%	6
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT I	15,45%	12,65%	5	9.18% (*)	14,28%	5	8.13% (*)	18,09%	6
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT R	14,13%	12,73%	5	7.84% (*)	14,33%	5	6.82% (*)	18,11%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT A	21,30%	10,29%	5	11,56%	14,80%	5	14,21%	17,13%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT I	22,75%	10,28%	5	12.89% (*)	14,79%	5	15.57% (*)	17,12%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT R	21,34%	10,32%	5	11.55% (*)	14,82%	5	14.2% (*)	17,14%	6
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT A	18,56%	10,84%	5	10,61%	13,68%	5	12,14%	16,31%	6
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT R	18,59%	10,85%	5	10.62% (*)	13,69%	5	12.15% (*)	16,32%	6

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho histórico da Categoria A
Fonte: IMGA

Informação relativa à Gestão do Fundo

Os mercados acionistas europeus registaram uma forte recuperação em 2023, com especial destaque para os índices nacionais italiano e espanhol, que se situaram entre os mercados nacionais com melhor performance a nível global. Do lado inverso, os mercados suíço e britânico ficaram muito aquém dos congéneres.

A esperada recessão económica não se materializou em 2023, ano em que os bancos centrais continuaram a sua subida histórica de taxas de juro para debelar a inflação. A subida das taxas também não fez espoletar um alargamento dos spreads da dívida soberana dos países mais endividados do sul da Europa, um fator fundamental para tranquilizar os investidores. Os resultados das empresas foram positivos para as ações, com as empresas a demonstrarem elevada capacidade de passar a subida dos custos e a conseguir mesmo expandir margens operacionais. Nota óbvia para os sectores tecnológicos que, à boleia da temática da inteligência artificial, puderam mesmo ampliar a perspetiva de crescimento de resultados. Estas notícias deram alento aos investidores que passaram a valorizar as

ações a múltiplos mais elevados, afastando assim números que eram mais coincidentes com uma fase do ciclo associada à recessão. Refira-se ainda que a elevada liquidez que os investidores guardaram no início do ano, na expectativa do surgimento de uma recessão, foi, paulatinamente, entrando no mercado acionista o que providenciou suporte adicional às ações.

Os efeitos benignos citados suplantaram desenvolvimentos adversos, nomeadamente os de cariz geopolítico. A guerra da Ucrânia não se aproximou de uma resolução e, perto do fim do ano, surgiu no Médio Oriente um novo conflito que pode trazer turbulência aos mercados em 2024 se não for contido.

Os sectores mais cíclicos foram os que receberam maior preferência por parte dos investidores, tendo na Europa se destacado os ganhos dos sectores de semicondutores, software e indústria. Apenas o sector alimentar europeu registou uma desvalorização em 2023. Os sectores que estiveram sob pressão no início do ano, nomeadamente os mais sensíveis a subida das



taxas como o imobiliário, *utilities* e telecomunicações registaram uma forte recuperação na segunda metade do ano.

O português PSI registou uma valorização de 16,1%, uma performance alinhada com o índice regional MSCI Europe que valorizou 16,5%. A performance do mercado nacional foi impulsionada pelos fortes ganhos da Mota-Engil e pelo BCP. Do lado inverso, as empresas mais sensíveis à subida de taxas de juro, como a NOS, REN e grupo EDP ficaram para trás, com destaque para a EDP Renováveis, que registou uma desvalorização de quase 9%.

O IMGA Ações Portugal apresentou um desempenho positivo, superando a performance do seu índice de referência, beneficiando da subexposição a EDP Renováveis e da sobreponderação em Mota-Engil. Em sentido inverso, a subexposição a BCP e a sobre-exposição a Sonae SGPS foram as que mais limitaram o Fundo.

No início de 2023, o Fundo procurou posicionar-se para o ambiente de elevada inflação que ainda se fazia sentir. Nesse sentido, as maiores exposições fixavam-se em EDP, EDP Renováveis, Jerónimo Martins, Sonae e Altri. No entanto, as dinâmicas do sector da pasta foram-se mostrando mais desafiantes, pelo que a exposição a Altri foi reduzida, em contraponto com o aumento de exposição a BCP, assente na perspetiva positiva de ampliação de resultados sobretudo na operação portuguesa. Ao longo da segunda metade do ano, a exposição do Fundo manteve-se relativamente constante, com algumas reduções de posições menos líquidas efetuadas para cumprir *guidelines*. Perto do fim do ano, foi reduzida a exposição a Sonae SGPS e aumentada a posição em Altri. Esta alteração deveu-se às perspetivas de crescimento aliciantes desta segunda. Outro fator que levou a esta alteração foi a compra de uma empresa nos países nórdicos por parte da Sonae SGPS, que não revela nenhuma sinergia evidente.

A categoria A do fundo IMGA Ações Portugal apresentou, no final de 2023, uma rendibilidade a 1 ano de 15,0%, tendo atingido um valor líquido global de €148,3M, correspondendo a um crescimento de 34% face aos €110,6M de dezembro de 2022. Desde o início do ano, esta categoria registou vendas líquidas positivas de €19,3M, com subscrições de €26,9M e resgates de €7,6M.

Relativamente à categoria R, o fundo apresentou uma rendibilidade a 1 ano de 15,0%, tendo atingido um valor líquido global de €60M no final do ano, superior em 71% relativamente aos €35,1M de dezembro de 2022. Desde o início de 2023, esta categoria registou vendas líquidas positivas de €18,3M, com subscrições de €19,6M e resgates de €1,3M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2023
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	358.566	172.748	3
Administradores independentes	41.520	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	32.670	-	4
COLABORADORES			
Colaboradores	2.011.578	269.877	43

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2023.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €35.978 pelos serviços prestados nesse âmbito.

Em 2023 não foram pagos quaisquer valores referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do exercício anterior.

Relativamente a 2023, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados, nem foram introduzidas quaisquer alterações significativas à Política de Remunerações em vigor.

Eventos Subsequentes

A 10 de janeiro de 2024 foram publicados novos documentos constitutivos do Fundo IMGA PME Flex, com uma clarificação relativamente ao universo de investimento do Fundo.

A 31 de janeiro de 2024 foi incluída, nos documentos constitutivos dos Fundos, uma menção na Política de Investimento, clarificando a natureza de gestão ativa dos Fundos. Na mesma data, e para um conjunto de 18 Fundos, foi incluído o BNI Europa como nova entidade comercializadora.

A 7 de fevereiro de 2024 foi iniciada a comercialização das categorias P e R do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt e a inclusão do Banco Bison como entidade comercializadora dessas categorias. Foi também incluída a menção com a clarificação quanto à gestão ativa do Fundo.

A 22 de março de 2024 foi constituída a categoria I do Fundo IMGA Euro Taxa Variável.

A 10 de abril de 2024 foi iniciada a comercialização da categoria I do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt, tendo sido constituída a 12 de abril de 2024.

A 23 de abril de 2024 foi comunicada à CMVM a inclusão do Banco Atlântico Europa como entidade comercializadora dos Fundos IMGA.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Aberto de Ações IMGA Ações Portugal

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Aberto de Ações

Data de Constituição: 20 de julho de 1995

Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira em 31 de dezembro de 2023: 208 249 605 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A										
Rendibilidade	-13,2%	19,0%	-11,1%	23,1%	-12,4%	14,1%	-13,3%	21,6%	4,4%	15,0%
Risco (nível)	6	6	6	5	5	5	7	5	6	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R										
Rendibilidade									4,4%	15,0%
Risco (nível)									6	5

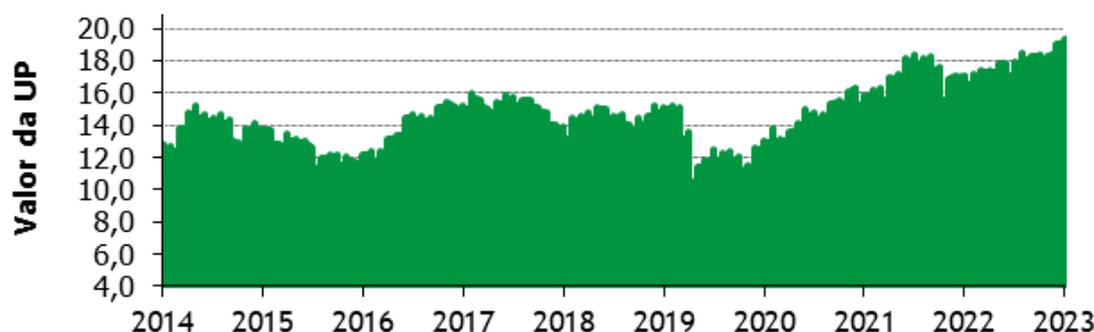
POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos participantes uma valorização do capital investido, obtendo ganhos através da valorização de ações de empresas cotadas no mercado nacional.

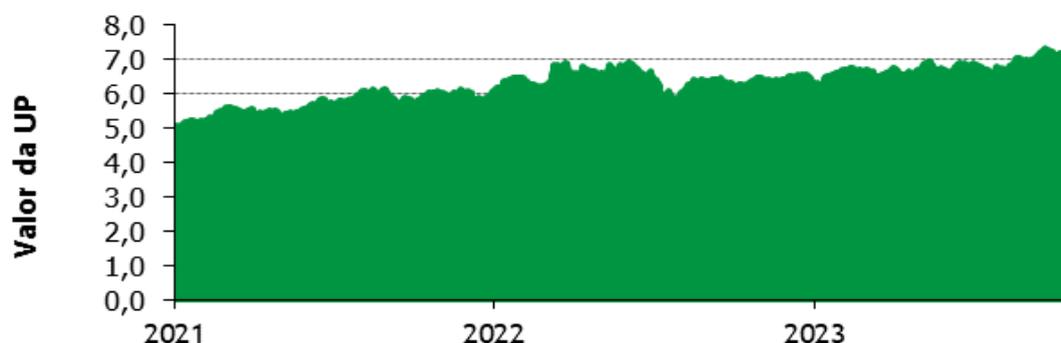
O fundo investe predominantemente em ações de empresas cotadas na bolsa de Lisboa (Euronext Lisbon) e outros mercados regulamentados de alguns países da União Europeia. O Fundo deverá ter permanentemente um mínimo de 85% do seu valor líquido global investido em ações e não procura exposição preferencial a um setor de atividade. Poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos e para exposição adicional, sem que da mesma resulte uma exposição ao ativo subjacente superior a 100% do seu valor líquido global. Estratégia de investimento do Fundo segue uma gestão ativa, considerando como referência o índice PSI apenas para aferir a rentabilidade comparativa, podendo a sua composição divergir significativamente da composição do índice. Os ativos são selecionados com base em critérios de crescimento e valorização, considerando os resultados financeiros das empresas, setor de atividade, posicionamento no mercado, qualidade de gestão, entre outros, privilegiando empresas que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento, e abstendo-se de investir em entidades cuja maioria das receitas sejam provenientes de atividades em setores controversos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

Categoria A (Últimos 10 anos civis)



Categoria R (desde início de atividade da categoria)



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023
Nº UP's em circulação	1 601 883,0156	1 725 737,0457	5 481 620,8427	6 717 035,5935	7 827 493,0406
Valor Unitário UP (Euros)	14,9705	12,9728	15,7776	16,4705	18,9428
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023
Nº UP's em circulação			4 494 286,7534	5 654 726,7837	8 391 771,4351
Valor Unitário UP (Euros)			5,9530	6,2138	7,1470

CUSTOS E COMISSÕES

		2023		2022		2021		2020	
Mercado	Região	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	176 467	110,9	109 717	95,4	86 978	42,4	16 679	34,7
Mercados União Europeia	Espanha	8 707		6 246		2 113		798	
	sub-total	8 707	132,4	6 246	111,2	2 113	83,8	2 939	1,0
Outros Mercados									
	sub-total	0	17,0	0	8,5	0	2,2	0	0,0
	Total	185 174	260,3	115 963	215,1	89 091	128,4	19 618	35,7

Unidades: milhares €

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

31.12.2023	
Valores mobiliários	176 173 822
Saldos bancários	26 547 832
Outros ativos	6 005 982
Total dos ativos	208 727 636
Passivos	478 031
Valor Líquido de Inventário	208 249 605

TÍTULOS EM CARTEIRA

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	(valores em Euro)	
						SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	151 697 795	18 130 752	5 276 570	164 551 977	16 940	164 568 916	93%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	2 328 100	50 205	-	2 378 305	61 742	2 440 047	2%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	9 017 100	226 440	-	9 243 540	-	9 243 540	5%
TOTAL	163 042 995	18 407 397	5 276 570	176 173 822	78 682	176 252 503	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)	
Rendimentos	
Rendimento do investimento	5 187 926
Outros rendimentos	627 752
As mais-valias de investimentos	56 244 096
Custos	
Custos de gestão	(3 865 938)
Custos de depósito	(133 308)
Outros encargos, taxas e impostos	(290 960)
As menos-valias de investimentos	(32 627 244)
Custos de negociação	(261 466)
Lucro líquido	24 880 857
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	46 549 350
Resgates	(8 950 008)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

	(Valores em Euro)			
	IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A		IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2021	86 486 689	15,7776	26 754 284	5,9530
31.12.2022	110 632 329	16,4705	35 137 077	6,2138
31.12.2023	148 274 321	18,9428	59 975 284	7,1470

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Descritivo	(Valores em Euro)				
	31.12.2022	Compras	Vendas	+/- Valias	31.12.2023
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro					
Operações Sobre Cotações	27 048 500	12 251 914 750	(12 238 347 150)	3 402 800	40 616 100

Anexos

- Demonstrações Financeiras e Notas Anexas
- Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia
- Relatório de Auditoria

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2023

IMGA Ações Portugal

ÍNDICE

<i>Balanço</i>	2
<i>Demonstração de Resultados</i>	5
<i>Demonstração de Fluxos de Caixa</i>	7
<i>Notas às Demonstração Financeiras</i>	10

Balanço

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euro)

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVO						
Código	Designação	31-12-2023			31-12-2022	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
Outros Ativos						
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
Carteira de Títulos						
21	Obrigações	3 328 100	100 705		3 428 805	2 643 513
22	Ações	150 697 795	18 080 252	(5 276 570)	163 501 477	113 319 861
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	9 017 100	226 440		9 243 540	
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>163 042 995</u>	<u>18 407 397</u>	<u>(5 276 570)</u>	<u>176 173 822</u>	<u>115 963 374</u>
Outros Ativos						
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
Terceiros						
411+...+418	Contas de Devedores	5 737 301			5 737 301	4 442 776
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>5 737 301</u>			<u>5 737 301</u>	<u>4 442 776</u>
Disponibilidades						
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	17 547 832			17 547 832	25 596 206
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	9 000 000			9 000 000	
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>26 547 832</u>			<u>26 547 832</u>	<u>25 596 206</u>
Acréscimos e diferimentos						
51	Acréscimos de Proveitos	268 682			268 682	93 695
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos	0			0	0
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>268 682</u>			<u>268 682</u>	<u>93 695</u>
	<i>TOTAL DO ATIVO</i>	<u>195 596 809</u>	<u>18 407 397</u>	<u>(5 276 570)</u>	<u>208 727 636</u>	<u>146 096 050</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				<u>7 827 493</u>	<u>6 717 036</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				<u>8 391 771</u>	<u>5 654 727</u>

PASSIVO			
Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022
Capital do OIC			
61	Unidades de Participação	80 918 240	61 721 459
62	Variações Patrimoniais	(58 739 481)	(77 142 041)
64	Resultados Transitados	161 189 988	156 800 293
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	24 880 857	4 389 695
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>208 249 605</u>	<u>145 769 405</u>
Provisões Acumuladas			
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Terceiros			
421	Resgates a Pagar a Participantes	17 837	1 596
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	431 179	304 667
424+...+429	Outras contas de Credores	26 863	18 229
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>475 879</u>	<u>324 492</u>
Acréscimos e diferimentos			
55	Acréscimos de Custos	2 153	2 153
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>2 153</u>	<u>2 153</u>
	<i>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</i>	<u>208 727 636</u>	<u>146 096 050</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	<u>18.9428</u>	<u>16.4705</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	<u>7.1470</u>	<u>6.2138</u>

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros	40 616 100	27 048 500
	<i>Total</i>	40 616 100	27 048 500
Compromissos de Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	40 616 100	27 048 500
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos Com Terceiros			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	40 616 100	27 048 500

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euro) **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022			31-12-2023	31-12-2022
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	258 583	141 264
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	359 914	1 517
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	261 466	241 371		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	4 025 691	2 975 199	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5 187 926	4 352 287
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5 070 362	10 572 263	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	25 284 414	12 361 367
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	27 556 882	43 372 116	839	Em Operações Extrapatrimoniais	30 959 682	44 890 316
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos				Provisões para Encargos		
7411+7421	Patrimoniais			851	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	2	5
7412+7422	Impostos Indirectos	260 208	193 624	87			
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>62 050 522</u>	<u>61 746 756</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 308	4 309				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>37 178 917</u>	<u>57 358 882</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários	7 613	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	1 639	1 821
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>9 252</u>	<u>1 821</u>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>24 880 857</u>	<u>4 389 695</u>	66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	TOTAL	<u>62 059 774</u>	<u>61 748 576</u>		TOTAL	<u>62 059 774</u>	<u>61 748 576</u>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	25 399 095	6 041 283	F - E	Resultados Eventuais	9 252	1 821
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	3 402 800	1 518 200	B+D+F-A-C-E+74X1	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	25 141 065	4 583 318
B-A	Resultados Correntes	24 871 605	4 387 874	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	24 880 857	4 389 695

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-23		31-dez-22	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		46 549 350		34 285 451
Subscrição de unidades de participação	46 549 350		34 285 451	
...				
PAGAMENTOS:		8 933 767		6 157 930
Resgates de unidades de participação	8 933 767		6 157 930	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		37 615 583		28 127 521
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		69 381 606		52 832 824
Venda de títulos e outros ativos	60 926 897		48 363 836	
Reembolso de títulos e outros ativos	3 000 000		0	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos	5 187 926		4 347 986	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	266 782		121 002	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		103 864 567		73 931 419
Compra de títulos e outros ativos	94 585 573		73 689 857	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	9 017 100		0	
Comissões de bolsa suportadas	9 503		17 300	
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	250 815		197 881	
Outras taxas e comissões	42		103	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	1 534		26 279	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(34 482 961)		(21 098 595)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		59 316 182		66 992 316
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações	30 959 682		44 890 316	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	28 356 500		22 102 000	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		57 373 687		65 751 421
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações	27 556 882		43 372 116	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	29 812 500		22 375 000	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	4 305		4 305	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		1 942 495		1 240 895

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-23		31-dez-22	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		21 472		5
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	21 470		0	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes	2		5	
PAGAMENTOS:		4 146 686		3 084 645
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	1		3	
Comissão de gestão	3 899 930		2 894 162	
Comissão de depósito	134 458		99 071	
Taxa de supervisão	24 761		18 058	
Impostos e taxas	87 533		73 347	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	3		4	
Fluxo das operações de gestão corrente		(4 125 213)		(3 084 640)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		1 722		0
Ganhos extraordinários	1 722		0	
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		1 722		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		951 626		5 185 181
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		25 596 206		20 411 025
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		26 547 832		25 596 206

Notas às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

Introdução

A constituição do IMGA Ações Portugal, Fundo de Investimento Aberto de Ações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 20 de julho de 1995, tendo iniciado a sua atividade nessa data. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional. Para o efeito, investe os seus capitais, direta ou indiretamente (designadamente através de certificados), em ações de empresas nacionais cotadas nos mercados regulamentados dos países da União Europeia e de alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação foi de mil escudos (quatro euros e noventa e nove cêntimos).

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	31-12-2022	Subscrições		Resgates		Outros	Resultados do Exercício	31-12-2023
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R			
		Valor base	61 721 459	7 655 479	14 648 356			
Diferença p/Valor Base	(77 142 041)	19 251 657	4 993 857	(5 524 957)	(317 997)		(58 739 481)	
Resultados acumulados	156 800 293					4 389 695	161 189 988	
Resultados do período	4 389 695					(4 389 695)	24 880 857	
SOMA	145 769 405	26 907 137	19 642 213	(7 641 507)	(1 308 500)	-	208 249 605	
Nº de Unidades participação								
Categoria A	6 717 036	1 534 616		(424 158)			7 827 493	
Categoria R	5 654 727		2 935 542		(198 498)		8 391 771	
Valor Unidade participação								
Categoria A	16,4705						18,9428	
Categoria R	6,2138						7,1470	

(Valores em Euro)

Em 31 de dezembro de 2023 existiam 941 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2023	31-12-23	18.9428	148 274 321	7 827 493	7.1470	59 975 284	8 391 771	208 249 605	16 219 264
	30-09-23	17.8131	138 684 349	7 785 542	6.7207	52 528 347	7 816 017	191 212 697	15 601 559
	30-06-23	17.4368	128 662 753	7 378 806	6.5784	46 041 546	6 998 960	174 704 299	14 377 766
	31-03-23	17.2480	122 875 157	7 124 031	6.5073	38 644 379	5 938 628	161 519 536	13 062 659
Ano 2022	31-12-22	16.4705	110 632 329	6 717 036	6.2138	35 137 077	5 654 727	145 769 405	12 371 762
	30-09-22	15.5343	95 491 654	6 147 174	5.8607	30 710 035	5 240 063	126 201 689	11 387 237
	30-06-22	17.7561	105 597 057	5 947 103	6.6995	32 703 845	4 881 596	138 300 902	10 828 700
	31-03-22	16.9253	96 807 738	5 719 722	6.3857	28 698 830	4 494 287	125 506 567	10 214 008
Ano 2021	31-12-21	15.7776	86 486 689	5 481 621	5.9530	26 754 284	4 494 287	113 240 973	9 975 908
	30-09-21	15.3531	41 100 661	2 677 030	5.7928	5 915 655	1 021 225	47 016 316	3 698 255
	30-06-21	14.2951	30 185 565	2 111 616	5.3961	2 822 513	523 070	33 008 079	2 634 686
	31-03-21	13.6070	25 481 390	1 872 679	5.1341	360 101	70 140	25 841 491	1 942 819

Em 31 de dezembro de 2023, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	-
10% ≤ UPs < 25%	-	3
5% ≤ UPs < 10%	-	7
2% ≤ UPs < 5%	-	-
0.5% ≤ UPs < 2%	2	113
UPs < 0.5%	3 621	13
TOTAL	3 623	136

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2023, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Obrigações Diversas	4 898 773	-	1 292 219	-	6 190 992	-
Ações	90 366 592	-	290 459 760	-	380 826 352	-
Unidades de Participação de Fundos Harmonizados	-	9 017 100	-	-	-	9 017 100
Direitos	-	-	87 922	-	87 922	-
Contratos de Futuros	-	29 812 500	-	27 812 500	-	57 625 000
Total	95 265 365	38 829 600	291 839 901	27 812 500	387 105 266	66 642 100

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	46 549 350	-
Resgates	8 950 008	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Caixa Eco Montepio Geral Var 30/10/26	1 000 000	50 500	-	1 050 500	16 940	1 067 440
	1 000 000	50 500	-	1 050 500	16 940	1 067 440
-Ações						
Altri SGPS S.A.	10 662 547	-	(1 232 547)	9 430 000	-	9 430 000
B.Comercial Português-Nom.	16 776 572	3 529 028	-	20 305 600	-	20 305 600
Corticeira Amorim-SGPS	4 047 778	-	(219 800)	3 827 978	-	3 827 978
CTT - Correios de Portugal SA	9 108 137	-	(976 437)	8 131 700	-	8 131 700
EDP Renovaveis SA	9 215 279	-	(508 529)	8 706 750	-	8 706 750
EDP-Energias de Portugal SA	11 351 617	491 383	-	11 843 000	-	11 843 000
GALP Energia SGPS SA-B Shrs	8 405 148	1 599 852	-	10 005 000	-	10 005 000
Greenvolt-Energias Renovaveis	16 042 653	3 916 547	-	19 959 200	-	19 959 200
lbersol - SGPS, S.A.	673 495	280 616	-	954 111	-	954 111
Jerónimo Martins,SGPS,S.A.	18 416 283	1 697 637	-	20 113 920	-	20 113 920
Mota Engil - SGPS SA	3 903 029	5 838 571	-	9 741 600	-	9 741 600
Navigator CO Sa/THe	7 934 928	331 912	-	8 266 840	-	8 266 840
NOS, SGPS, SA	10 986 208	-	(938 656)	10 047 552	-	10 047 552
NovaBase - SGPS, SA	308 661	12 880	-	321 541	-	321 541
REN - Redes Energéticas Nacionais SA	10 590 031	-	(766 906)	9 823 125	-	9 823 125
Semapa - S. Inv.Gestão-SGPS,S.A. (nom)	1 450 183	381 825	-	1 832 008	-	1 832 008
Sonae - SGPS	10 825 247	-	(633 696)	10 191 551	-	10 191 551
	150 697 795	18 080 252	(5 276 570)	163 501 477	-	163 501 477
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
CRL Credito Agricola Mut Var 04/07/27	1 004 500	32 850	-	1 037 350	41 189	1 078 539
Fidelidade Companhia SE Var 04/09/31	1 323 600	17 355	-	1 340 955	20 553	1 361 508
	2 328 100	50 205	-	2 378 305	61 742	2 440 047
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
IMGA Money Market - CAT I	9 017 100	226 440	-	9 243 540	-	9 243 540
	9 017 100	226 440	-	9 243 540	-	9 243 540
TOTAL	163 042 995	18 407 397	(5 276 570)	176 173 822	78 682	176 252 503

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE PERÍODOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

IMPOSTOS

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações	15 085 981	9 726 775	24 812 755	-	-	5 187 926	5 187 926
Obrigações	100 705	56 592	157 297	179 902	78 682	-	258 583
Direitos	-	87 922	87 922	-	-	-	-
Unidades de participação	226 440	-	226 440	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	169 914	190 000	-	359 914
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cotações	-	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	30 959 682	30 959 682	-	-	-	-
TOTAL	15 413 126	40 830 970	56 244 096	349 816	268 682	5 187 926	5 806 424

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Ações	3 409 078	1 646 179	5 055 257	-	-	-
Obrigações	-	15 105	15 105	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cotações	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	27 556 882	27 556 882	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	3 453 827	412 111	3 865 938
de Depósito	-	-	-	119 472	13 836	133 308
de Supervisão	-	-	-	(5 045)	5 045	-
de Carteira de títulos	-	-	-	261 466	-	261 466
Outras	-	-	-	26 444	-	26 444
TOTAL	3 409 078	29 218 166	32 627 244	3 856 165	430 992	4 287 157

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2023 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2023	31-12-2022
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	260 208	193 624
TOTAL	260 208	193 624

10. RESPONSABILIDADES

A 31 de dezembro de 2023, o OIC tem contratado junto do Millennium BCP uma conta corrente no valor de 600 000€, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se assim como uma responsabilidade potencial.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	1 361 508	-	-	-	-	1 361 508

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	163 501 477	40 616 100	-	204 117 577
UP's	9 243 540	-	-	9 243 540

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	2 970 385	2.26%	1 050 190	2.27%
Comissão de Depósito	102 572	0.08%	36 069	0.08%
Taxa de Supervisão	19 186	0.02%	6 831	0.02%
Custos de Auditoria	3 185	0.00%	1 120	0.00%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	66 741	0.05%	23 469	0.05%
Outros Custos Correntes	1 144	0.00%	402	0.00%
TOTAL	3 163 213		1 118 081	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	2.41%		2.42%	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Resultados SFDR e Taxonomia 2023

IMGA Ações Portugal

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Ações Portugal**

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300FMI2UCCWAKJO33**

Código do fundo (CMVM): **109**

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

Sim

Não

Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo ambiental**: ___%

em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo social**: ___%

Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis

com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

com um objetivo social

Promoveu características (A/S), mas **não realizou quaisquer investimentos sustentáveis**

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

Salientamos que, apesar da divulgação de indicadores de sustentabilidade por parte das empresas ter melhorado no último ano, esta informação ainda é bastante limitada, principalmente no que concerne aos indicadores relacionados com sustentabilidade ambiental. Com a implementação da *Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)*, que será aplicada gradualmente a partir de 2024 até 2026, é espetável esta limitação diminua. À data de preparação deste relatório, muitas das empresas analisadas não dispunham de dados suficientes que nos permitissem avaliar o seu posicionamento face a um número significativo de indicadores ESG, pelo que a avaliação e análise que consta deste relatório apenas considera a informação disponível à data da sua produção. Das 23

entidades em carteira, 5 não dispunham de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental e/ou social analisados, correspondendo a cerca de 5,5% da carteira de ativos a 31 de dezembro de 2023. Existia ainda uma posição num fundo do mercado monetário, classificado como artigo 8º ao abrigo do SFDR.

A notação de rating ESG médio para a componente de investimento direto, correspondente a 96% dos seus ativos, deste Fundo no final de 2023 corresponde a um nível de **Risco Baixo**, com uma cobertura de dados de 90% da carteira de ativos do fundo, sendo que 70% apresentavam risco baixo, 11% apresentavam risco médio, 9% apresentavam risco alto e não existia qualquer exposição a risco severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos à sustentabilidade ambiental foram os que mais contribuíram favoravelmente para esta notação de rating ESG. Destes, destaque pela negativa para os indicadores relacionados com gestão, prevenção e controlo da poluição, que foram os mais penalizadores para a notação média da carteira, e pela positiva para os relacionados com proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social representaram, na composição da notação de risco, cerca de 20% desta notação, penalizada principalmente por questões relacionadas com relação com a comunidade, saúde e segurança no trabalho e ética empresarial e beneficiado pelos indicadores relativos a corrupção e direitos humanos.

Foi, no entanto, a componente de risco relativa à análise de emitentes com base na comparação dos mecanismos de gestão do risco ESG implementados por cada entidade, com a prática de mercado para cada setor, que mais contribuiu para o risco ESG da carteira, não estando estes discriminados, para estes, entre questões ambientais e/ou sociais.

Não foram detetadas situações de *non-compliance* o UN Global Compact ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais. Existia, no entanto, em carteira duas posições, pertencentes ao mesmo grupo económico, em acompanhamento e correspondentes a cerca de 10% dos ativos, relativamente a potenciais incumprimentos relativamente a potenciais situações de corrupção.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo com referência à carteira de ativos no final do ano 2023.

Notação de Rating ESG: Risco Baixo		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	47,6%	10,7%	15,5%	36,0%	6,5%	9,9%	25,3%	3,2%	5,4%
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	31,7%	3,0%		20,0%	2,1%		10,7%	1,1%	
	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	41,5%	1,7%		25,3%	1,3%		20,1%	1,0%	
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	10,7%	1,1%	20,2%	10,7%	1,1%	12,3%	10,7%	1,1%	9,2%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	52,9%	2,9%		36,7%	2,3%		26,1%	1,7%	
	Saúde e Segurança no Trabalho	41,5%	4,3%		25,3%	1,8%		14,6%	0,7%	
	Ética Empresarial	43,5%	4,1%		27,3%	2,5%		16,7%	1,9%	
	Corrupção	5,3%	0,9%		0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	
	Relação com a comunidade	41,5%	5,1%		25,3%	2,7%		14,6%	1,9%	
	Privacidade e Segurança de Dados	11,4%	1,9%		11,4%	1,9%		11,4%	1,9%	
	Acesso a Serviços Básicos	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	
Corporate Governance	Corporate Governance	52,9%	14,9%	14,9%	36,7%	10,0%	10,0%	26,1%	6,5%	6,5%
Outros	Outros	20,1%	49,5%	49,5%	20,1%	11,0%	11,0%	20,1%	5,0%	5,0%
TOTAL		100,00%	100,0%	100,0%	-	43,2%	43,2%	-	26,1%	26,1%
% Ativos do Fundo		90%			78%			67%		

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

A notação de rating ESG de “**Risco Baixo**” da carteira de ações resultou em 43% de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representavam cerca de 78% da carteira de ativos. Destes cerca de 67% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis e representam 26% da notação de “**Risco Baixo**” atribuída.

Existia ainda o investimento num fundo do mercado monetário, classificado ao abrigo do artigo 8 da SFDR e com um peso de 4,4% na carteira de ativos o Fundo, com 67,3% em ativos alinhados com características A/S e 38,6% em ativos sustentáveis e que contribuiu para estas componente do Fundo com 3% e 1,7%, respetivamente.

Fundos/ETFs	Enquadramento SFDR	Nível de Cobertura				Promoção Características A/S		Sustentáveis	
		Nº Fundos	Nº Fundos Analisados	% Ativos	% Fundos Analisados	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira
	artº 6º	0	-	0,0%	-	-	-	-	-
	artº 8º	1	1	4,4%	4,4%	67,3%	3,0%	38,6%	1,7%
	artº 9º	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	n.d.	0	0	0,0%	0,0%	-	-	-	-
	TOTAL	1	1	4,4%	4,4%	67,3%	3,0%	38,6%	1,7%

● ... e em relação a períodos anteriores?

Apesar da manutenção da notação média de risco ESG em “Risco Baixo”, verificou-se um aumento significativo dos ativos com risco baixo, com algumas das entidades em carteira a melhorarem a sua notação. Verificou-se também um aumento em risco alto derivado da deterioração de uma das posições em carteira. A salientar ainda o aumento da cobertura de dados que passou de 85,8% no final de 2022 para 94,5% em 2023.

Rating ESG	2022	2023
Risco Negligenciável	0,0%	0,0%
Risco Baixo	49,7%	69,6%
Risco Médio	33,1%	11,0%
Risco Alto	3,1%	9,5%
Risco Severo	0,0%	0,0%
Com	85,8%	90,0%

Apesar da manutenção do nível de risco ESG do Fundo, verificou-se um ligeiro aumento da exposição a entidades alinhadas com características A/S e sustentáveis, de 63% para 78% e de 40% para 67%, respetivamente, em 2022 e 2023.

Quanto aos indicadores analisados para entidades privadas verificou-se uma melhoria mais significativa ao nível do “Corporate Governance” e dos indicadores relacionados com “Relação com a comunidade”, “Ética Empresarial”, “Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição” e “Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas”, tendo os indicadores relacionados com a gestão e mitigação de riscos ESG e os indicadores relacionados com “Saúde e Segurança no Trabalho” sido os que mais se deterioraram.

Indicadores de Sustentabilidade		2022	2023
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	11,7%	10,7%
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	3,1%	3,0%
	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	2,5%	1,7%
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	0,7%	1,1%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	3,5%	2,9%
	Saúde e Segurança no Trabalho	2,6%	4,3%
	Ética Empresarial	5,1%	4,1%
	Corrupção	0,8%	0,9%
	Relação com a comunidade	6,3%	5,1%
	Privacidade e Segurança de Dados	1,0%	1,9%
	Acesso a Serviços Básicos	0,0%	0,0%
	Corporate Governance	16,6%	14,9%
Outros	45,9%	49,5%	
TOTAL		100,0%	100,0%
% Ativos do Fundo		85,8%	90,0%
Promoção Características A/S		62,6%	78,2%
Sustentáveis		39,8%	67,3%

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

Relativamente à carteira de investimento através de fundos, não existia qualquer exposição no final de 2022:

Fundos/ETFs	Enquadramento SFDR	2022			2023		
		% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	artº 6º	0,0%	-	-	0,0%	-	-
	artº 8º	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%	3,0%	1,7%
	artº 9º	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	n.d.	0,0%	-	-	0,0%	-	-
TOTAL		0,0%	0,0%	0,0%	4,4%	3,0%	1,7%

Assim, para a totalidade da carteira, a componente de ativos considerada alinhada com características A/S e sustentável teve a seguinte evolução:

	% Ativos	2022	2023
Alinhados com características A/S		62,6%	81,2%
Sustentáveis		39,8%	69,0%

● **Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

● **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Apenas são considerados como sustentáveis emissores com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Estão incorporados na análise dos indicadores de sustentabilidade, dos quais resulta a notação de rating ESG, diversos indicadores de impactos negativos, relativamente a cada setor em que as empresas emitentes se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emitente. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment).

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

O Fundo tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating diversos indicadores ambientais e sociais, conforme discriminado na questão relativa ao desempenho dos indicadores de sustentabilidade.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que constituem **os maiores investimentos** efetuados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2023 a 31/12/2023.

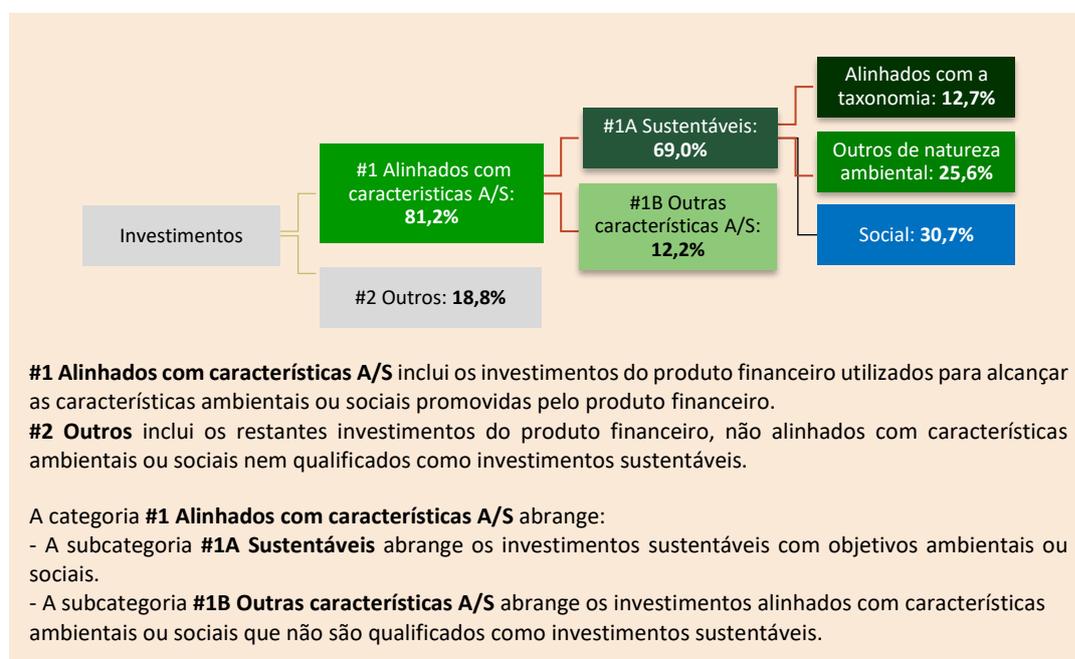
Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
B.Comercial Português-Nom.	Banks	9,73%	Portugal
Jerónimo Martins,SGPS,S.A.	Food Retailers	9,64%	Portugal
Greenvolt-Energias Renovaveis	Utilities	9,56%	Portugal
EUR - Banco Comercial Português	Liquidez	8,41%	Portugal
EDP-Energias de Portugal SA	Utilities	5,67%	Portugal
Sonae - SGPS	Food Retailers	4,88%	Portugal
NOS, SGPS, SA	Telecommunication Services	4,81%	Portugal



Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Utilities	Electric Utilities	5,67%
	Independent Power Production and Traders	9,56%
	Multi-Utilities	4,71%
	Renewable Power Production	4,17%
Food Retailers	Food Retail	14,52%
Banks	Diversified Banks	10,24%
	Regional Banks	0,52%
Paper & Forestry	Paper and Pulp	9,36%
Telecommunication Services	Telecommunication Services	4,81%
Oil & Gas Producers	Integrated Oil & Gas	4,79%
Construction & Engineering	Non-Residential Construction	4,67%
Unidades de Participação	Unidades de Participação	4,43%

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Transportation	Air Freight and Logistics	3,90%
Containers & Packaging	Paper Packaging	1,83%
Insurance	Property and Casualty Insurance	0,65%
Consumer Services	Restaurants	0,46%
Software & Services	IT Consulting	0,15%
Liquidez	Depósito à Ordem	11,15%
	Depósito a Prazo	4,40%



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

- **O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpram a taxonomia da UE¹?**

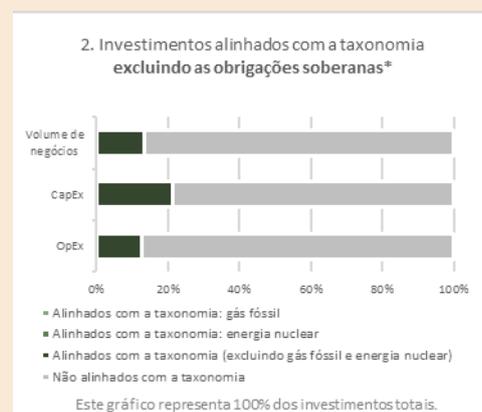
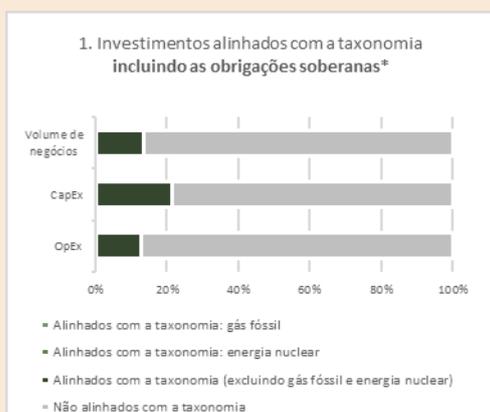
Sim:

 Gás fóssil

 Energia nuclear

 Não

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



* Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas (“mitigação das alterações climáticas”) e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.

● **Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

Cerca de 58% dos investimentos em carteira reportavam dados ao abrigo da Taxonomia EU no final do ano. Destes 12,7% das vendas médias derivaram de atividades alinhadas com a taxonomia EU, sendo que 7,7% respeitava a operações próprias, 0,9% a atividades capacitantes e os restantes 4,1% não divulgam dados suficientes relativos à origem deste alinhamento.

● **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

Dada a ausência de informação sobre investimentos alinhados com a taxonomia EU no período anterior não é apresentada esta comparação.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



● **Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?**

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, da totalidade de investimentos considerados sustentáveis (69%), 25,6% foram considerados sustentáveis com um objetivo ambiental, não existindo informação sobre alinhamento com a taxonomia da EU.



● **Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?**

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 69% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 30,7% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.



● **Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?**

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos e investimentos em empresas de diversos setores de atividade não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG. Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos e a gestão de liquidez.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade. É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact. Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco. Neste sentido, não foram detetadas situações de *non-compliance* o UN Global Compact ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais. Existia, no entanto, em carteira duas posições, pertencentes ao mesmo grupo económico, em acompanhamento e correspondentes a cerca de 10% dos ativos, relativamente a potenciais incumprimentos relativamente a potenciais situações de corrupção. Estas posições não foram consideradas alinhadas com características A/S nem sustentáveis, tendo sido incluído na componente “Outros”.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2023

IMGA Ações Portugal

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Ações Portugal – Fundo de Investimento Aberto de Ações (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 208 727 636 euros e um total de capital do OIC de 208 249 605 euros, incluindo um resultado líquido de 24 880 857 euros), a Demonstração de resultados, e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Ações Portugal – Fundo de Investimento Aberto de Ações, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

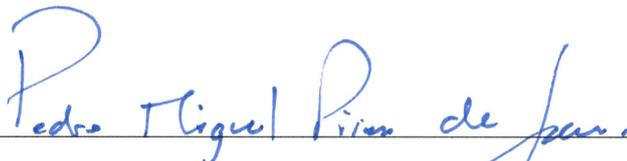
Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2024



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com n.º 20190019)